



# Workshop Logística e Transportes

## **Portos: Transformações e Perspectivas**

São Paulo, 28 de outubro de 2015.

**Caio Mário da Silva Pereira Neto**

Sócio Pereira Neto | Macedo

Professor FGV Direito SP

# Marco legal e seus instrumentos

- **Lei 12.815/2013 e Decreto 8.033/2013**
  - Redefinição das competências setoriais (SEP/ANTAQ/Docas)
  - Modificações substanciais nos instrumentos de exploração portuária
- **Autorização:**
  - Terminais localizados **fora** do Porto Organizado
  - Regime privado de exploração
- **Concessão:**
  - Total ou parcial do Porto Organizado
  - Flexibilidade no modelo de concessões
- **Arrendamento:**
  - Infraestruturas públicas e áreas localizadas dentro do Porto Organizado

# Atualização normativa – 2013/2015

- **Exploração de Portos Organizados – “nova” Res. 2240/2011**
  - Consulta Pública – Resolução ANTAQ 3.708/2014 - Pendente
- **Disciplina das autorizações**
  - Resolução ANTAQ 3.290/2014 - Aprovada
  - Portarias SEP 110/2013 e 249/2013 - Aprovada
- **Fiscalização da prestação dos serviços portuários**
  - Resolução ANTAQ 3.274/2014 – Aprovada
- **Movimentação e armazenagem alfandegada de contêineres**
  - Resolução ANTAQ 2.389/2012 - Pendente
- **Prorrogações antecipadas (art. 57 da Lei 12.815/2013)**
  - Portaria SEP 349/2014 – Aprovada
- **EVTEA**
  - Resolução ANTAQ 3220/2014 - Aprovada
- **Prestação de serviço em bases não discriminatórias e uso excepcional**
  - Resolução ANTAQ 3.707/2014 – Pendente
- **Transferência de controle**
  - Portaria SEP 50/2015 - Aprovada

# Autorização

- **Regime privado de exploração**
  - Fim da obrigação de movimentação de “carga própria”
  - Desnecessidade de licitação
    - Anúncio Público e Chamada Pública
    - Processo Seletivo Público - excepcional
  - Prazo de 25 anos, com prorrogação sucessiva
    - Manutenção das atividades e assunção de investimentos
  - Necessariamente fora do porto organizado
- **Resultado:** 131 empreendimentos em operação (nov/2014)
  - 34 novas autorizações / novos investimentos após a Lei 12.815/2013
  - 33 novas autorizações aguardando assinatura do Termo de Adesão

# Concessão

**Concessão:** cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado.

- Tipos de concessão definidos no Decreto 8.033/13:

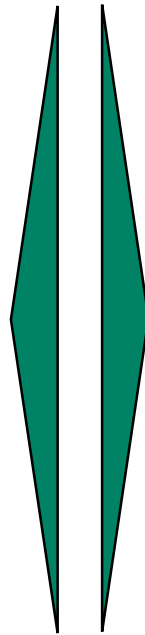
Tipos de Concessão	Descrição
“Concessão Cheia”	Delegação de funções da administração do porto e a exploração <u>direta e indireta</u> das instalações portuárias;
“Concessão Limitada”	O desempenho das funções da administração do porto e a <u>exploração indireta das instalações portuárias, vedada a sua exploração direta</u> ;
“Concessão Vazia”	O desempenho, total ou parcial, das funções de administração do porto, <u>vedada a exploração das instalações portuárias</u> .

- Modelos de concessão podem auxiliar na implantação de acessos e de infraestrutura de uso comum
- Não há projeto de concessão relativo aos maiores portos

# Arrendamentos

**Objetivos do Novo Modelo:** foco central deixa de ser apenas a disciplina da cessão de uma área pública e passa a ser a regulação dos serviços portuários (maior importância dada à movimentação de cargas e tarifas cobradas)

- Arranjo de arrendamentos que permita competição e eficiência nos portos
- Atração de operadores adequados para os diversos terminais (matching)
- Exigências mínimas de qualificação que garantam uma disputa intensa e de qualidade pelas áreas



- Estabelecimento de critérios de desempenho e qualidade de serviço das arrendatárias
- Incentivos às arrendatárias para manter investimentos em modernização dos terminais
- Otimizar a logística de cadeias produtivas

# Arrendamentos – alguns aspectos

- **Primeira rodada de licitações – 149 arrendamentos - 2013**
  - Critério de julgamento
    - Predominantemente critérios envolvendo maior movimentação
    - Substituía critério de “maior outorga” até então utilizado
  - Previsão de tarifa
    - Aplicada em caso de falta de competição / possibilidade de abuso (verticalização)
- **Tribunal de Contas da União – paralisação**
  - Divergências quanto à modelagem
  - Necessidade de fixação de tarifa-teto em todos os arrendamentos
    - Promoção da modicidade tarifária
    - Ampliação do acesso
  - Preocupações de carácter concorrencial

# Arrendamentos – alguns aspectos

## ▪ TCU – Decisão final

- Possibilidade de uso de diversos critérios de julgamento, incluindo aqueles vinculados à movimentação
  - Liberdade de preços é admitida
- Necessidade de fundamentar a opção pela existência ou não de política tarifária
- Reconheceu a necessidade de uso de mecanismos “antitruste” para cadeias verticalizadas

## ▪ Modelo resultante (STS04, STS07/STS36 e VDC29)

- Maior outorga como critério de julgamento (mudança positiva)
  - Anula a necessidade de uso do aluguel fixo como forma de ajustar a modelagem
  - Agentes passam a disputar pelo maior aluguel pago
  - Critério pode ajudar a identificar o player mais eficiente

# Arrendamentos – alguns aspectos

- **Modelo resultante (STS04, STS07/STS36 e VDC29)**
  - Fixação de tarifa para a movimentação de “Tarifa de Movimentação de Papel e Celulose” (STS07/STS36)
  - Organização da licitação em lotes com limitações de outorga a um mesmo grupo – objetivos:
    - Aumento da concorrência
      - Na prestação de serviços / garantia de competição entre arrendamentos
      - Evitar que concentração da infraestrutura portuária prejudique a competição em cadeias verticalizadas
    - Tornar mais claro o exercício de competência que a ANTAQ já dispõe: órgão regulador historicamente tem a prerrogativa de analisar as condições de concorrência antes da celebração dos contratos
      - Art. 14 da Resolução 55/2002 (revogada)
      - Art. 13 da Resolução 2240/2011

**Obrigado!**  
**caiomario@pnm.adv.br**